

Versão definitiva do anteprojeto de lei da educação superior consolida a opção privatista e o desfinanciamento das públicas

Notas preliminares da Diretoria do ANDES-SN

A chamada reforma da educação superior foi definitivamente inserida no gigantesco operativo para dar alento ao governo Federal empreendido pelos grandes investidores internacionais que atuam no setor financeiro (vide matérias dos principais informativos do grande capital, como *W. Street Journal*, *Financial Times*, as entrevistas de P. Kruegman¹ e, principalmente, do Secretário do Tesouro dos EUA, John Snow²), pelos representantes do grande capital no país (Febraban, CNI, Agronegócio...) e pelo próprio governo de Lula da Silva³. De fato, o anteprojeto anunciado em 29 de julho faz parte da “agenda de união nacional” lançada pelos setores dominantes para retirar o governo da imprevisível crise de legitimidade que corrói fundamentos de sua força política. Não que todos os setores dominantes estejam especialmente empenhados nesta “reforma”, um assunto que interessa mais diretamente a uma fração, a chamada “burguesia de serviços” que, no geral, está muito satisfeita com os rumos da “reforma”. Os objetivos principais com a reforma, neste momento, são legitimar o novo presidente do PT, mostrando o seu *prestígio* e quebrar a desconcertante seqüência de notícias envolvendo os principais personagens do governo e do PT em um capilarizado e intercomunicante sistema de corrupção.

Fazem parte desse movimento o anúncio da criação de cinco novas universidades federais, na verdade, desmembramento de campi das Federais existentes⁴, uma medida que, como não veio acompanhada da alocação de novos recursos, será uma jogada puramente midiática e, essa sim concreta, a alocação de recursos públicos adicionais nas instituições privadas já beneficiadas pelo Prouni.

¹ Na opinião de Paul Krugman Lula se encaixa no perfil ideal na ótica do mundo financeiro e, por isso, não deve ser questionado pelos investidores estrangeiros. FSP/Dinheiro, São Paulo, domingo, 31 de julho de 2005.

² . O Secretário do Tesouro manifestou o posicionamento dos EUA frente a crise do governo Lula da Silva: “o mercado financeiro está dando um voto de confiança ao Brasil. (...) O que conta é o comprometimento com uma boa política macroeconômica e a expectativa de ela vai continuar.” (O Globo, Economia,p.24, 2/8/05).

³ . O deslocamento de três ministros do governo para a direção nacional do PT ilustra isso.

⁴ . Os atos transformam a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) em Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (Esam) em Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa) e a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas - Centro Universitário Federal (Efoa/Ceufe) em Universidade Federal de Alfenas (Unifal); instituem a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), por desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cruz das Almas, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia.

Como os 25% das vagas que deveriam ser disponibilizadas pelo Programa na forma de bolsas integrais foram reduzidas a 4,25%, os estudantes que terão de se conformar com bolsas de 25% ou 50%, pelo perfil social, não poderão custear os seus cursos. A solução encontrada pelo MEC foi repassar verbas públicas para o pagamento das mensalidades que, pelo projeto inicial do Prouni deveria ser a contrapartida a isenção de impostos e contribuições. Os empresários obviamente comemoram mais essa vitória. Não deveria ser descartada, nesse contexto, a possibilidade de regulamentações em favor do empresariado da educação por meio de decretos e outros instrumentos de eficácia imediata.

A comparação da versão atual com a anterior confirma que as mudanças são muito localizadas e não alteram substantivamente os termos da contra-reforma, ao contrário, adensa-os. As nervuras principais da contra-reforma já estão definidas pelo conjunto das medidas colocadas em prática pelo governo, em especial o Prouni, o Sinaes, a Inovação Tecnológica e a reforma da educação profissional e tecnológica e, também, leis correlatas ao tema, como a das fundações de apoio das IFES e os diversos decretos, portarias que dispõem sobre os mais diversos aspectos da educação superior. O ensinamento de Anne Krueger, atual vice-presidente do FMI, quando esteve à frente da direção do Banco Mundial, foi diligentemente aprendido: as contra-reformas precisam ser graduais, encaminhadas por instrumentos diversos e articulados entre si, denominado de “decreto-ponte”.

Não foi por um acaso histórico que o anúncio da terceira versão do anteprojeto coincidiu a exemplo da versão anterior com a divulgação, pelo BC, do superávit primário total acumulado no primeiro semestre do ano: R\$ 59,95 bilhões ou 6,43 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Este montante é recorde desde 1991, quando começou a série histórica e somente pôde ser alcançado através de voraz corte nos gastos sociais do Estado. É aqui que entra o anteprojeto. O superávit primário e a “reforma” da educação se complementam. A manutenção do mecanismo de financiamento das Federais no reduzidíssimo patamar de 75% dos 18% das receitas provenientes de impostos (o que daria R\$ 4,3 bilhões pelo orçamento executado de 2004 frente a despesas realizadas de R\$ 7,3 bilhões) será a contribuição da educação superior para a viabilização do superávit primário que deverá ser ampliado, posto que o montante de cortes nos gastos públicos, R\$ 60 bilhões, ainda foi insuficiente para o governo cobrir a conta de juros do período, que somou R\$ 80,128 bilhões, também o maior valor desde 1991. Daí a sugestão do novo papa da economia do *new-PT*, Delfim Neto, de cortar ainda mais gastos públicos por meio do déficit nominal zero.

Coincidindo com a agenda da OMC e do ALCA, o Anteprojeto admite que **a educação é um campo específico de investimentos estrangeiros**. O Anteprojeto autoriza uma participação de até 30% de capital estrangeiro (Art.13, §4) criando a “segurança jurídica” que os empreendedores reivindicam nos tratados de livre comércio (TLC). O que importa, por agora, é que o princípio de que o setor comporta investimentos estrangeiros está estabelecido. A versão do Anteprojeto em tela centra toda a estratégia de ampliação da oferta nos cursos a distância, admitindo mestrados e doutorados ‘profissionais’ (sem exigência de dissertações e teses) igualmente a distância e, também pela primeira vez, o credenciamento de diplomas de pós-graduação estrangeiros por instituições privadas, consolidando a possibilidade de associações das empresas situadas no país com as corporações multinacionais (ver Art. 5, V; Art.6, §3; Art.11). Aqui pode ser encontrado o núcleo sólido do projeto. A criação da “Universidade aberta do Brasil” como uma instituição de direito privado e não gratuita será um instrumento importante nesse sentido, pois esta organização poderá realizar convênios com o setor privado. Por isso, a meta de alcançar 40% das vagas no setor público não garante, por si só, a expansão qualitativa da rede pública.

Desde a primeira versão, o setor privado somente avançou em suas reivindicações: o controle sobre as mantenedoras praticamente desapareceu, assim como a exigência de escolha de pelo menos um pró-reitor por meio de eleição direta, as condições para credenciamento como universidade (a presente versão é ainda mais flexível, reduzindo de 12 para 8 cursos a exigência mínima para credenciamento, cf. Art. 18) e como centro universitário, uma instituição não prevista na LDB, seguem congruentes com a opção privatista.

A hipertrofia das atribuições da CAPES na pós-graduação *stricto sensu* vem sendo objeto de preocupação crescente nos programas de pós. De uma agência de fomento a partir das demandas das universidades e de avaliação conforme anseios da comunidade acadêmica, paulatinamente essa agência vem se imiscuindo na esfera da autonomia das universidades. Nesse sentido, a inclusão de um artigo (Art.12) institucionalizando esse processo é mais um fator que amplia a presença governamental e de esferas exógenas na vida acadêmica das instituições, a exemplo do CONAES, uma comissão com considerável poder toda ela escolhida pelo Executivo.

Como apontado acima, o problema crucial da ausência de recursos para as IFES foi ratificado como política de governo na nova versão. Nas três versões do anteprojeto o governo reitera que o montante para as Federais deve ser o possibilitado pela sub-vinculação de 75% dos 18% das receitas provenientes de impostos (Art.49).

Apesar do anteprojeto excluir deste montante (R\$ 4,3 bilhões) parte dos gastos com pessoal, como os aposentados e pensionistas, e parte dos gastos com a infraestrutura da saúde (art. 48, V, VI), o cômputo geral não irá alterar o padrão de financiamento.

Objetivando a criação de justificativas para facilitar o apoio das correntes majoritárias do movimento estudantil, o MEC finalmente confirmou o que era óbvio: a proposta da segunda versão (maio de 05) de alocar não 5% dos recursos da educação superior para a assistência estudantil, mas de aplicar 5% das verbas de custeio de cada instituição para a assistência, uma medida defendida de modo entusiástico por seus aliados estudantis, não permite agregar nenhum centavo novo para a assistência. Na versão atual do projeto, o governo reconhece que com 5% das verbas de custeio de cada instituição nada seria acrescentado aos exíguos (quase inexistentes) recursos aplicados na assistência estudantil, por isso, ampliou para 9% (Art. 54). O problema de fundo, conforme os estudos do financiamento apontam, é que nem mesmo com este aumento haverá recursos novos (muitas instituições já destinam 9% ou mais para a assistência) e, portanto, dificilmente haverá mudanças perceptíveis no financiamento da assistência, um direito que segue negado.

Na mesma linha de ampliar os apoios ao seu projeto, para fortalecer o novo presidente do PT unguído pela corrente majoritária que perdeu os seus dirigentes, o projeto exclui os atuais reitores da regra que proíbe a reeleição (Art.58). Acena para os docentes com uma promessa etérea de enviar para o parlamento um projeto de nova carreira um ano após a aprovação desta medida, buscando envolver a categoria no projeto reeleitoral que recentemente sofreu significativas avarias.

Para conquistar apoio público, anuncia (Art. 65) um conjunto de medidas de ação afirmativa para supostamente democratizar o acesso que, apesar da retórica proclamada, não enfrenta o problema nodal apontado pelo Andes-Sn em sua agenda: a articulação das políticas de melhoria das escolas básicas dos territórios de pobreza onde se localizam as etnias historicamente discriminadas com a educação superior pública. A focalização é um instrumento utilitarista em que os pobres estruturais devem entrar em competição entre si para definir os poucos que poderão ter acesso a um determinado “benefício”. Os milhões de “sobrantes” (não contemplados pelas cotas), na ótica dessa política, seriam os setores mais elitizados que não atenderam aos critérios da política focalizada.

Os demais artigos são, com poucas nuances, cópias da versão anterior e a análise sistemática elaborada pelo GTPE em junho do ano corrente segue atual. Por que o governo não modificou o projeto? Para os empresários, praticamente tudo já

está perfeito, embora ajustes e regulamentações de suas conquistas sejam necessários, como a institucionalização da educação a distância e os centros universitários. Torna-se cada vez mais provável que o MEC tente arrematar a liberalização e a flexibilização do setor privado por meio de instrumentos que não necessitem do crivo parlamentar, como fez Cardoso.

Conformar um pólo de lutas autônomo para construir uma educação pública essencialmente democrática

Aos que lutam pela universidade pública restam ásperos desafios que não podem ser enfrentados com falsas dicotomias. Deixar do jeito que está a educação superior (pública e privada) do país para privilegiar as lutas abstratamente contra “o capital e seus representantes”, é uma orientação que a prática está demonstrando ser incapaz de adensar os eixos políticos que devem referenciar as lutas e de agregar amplos setores enraizados nas lutas sociais, gerando imobilismo e substitucionismo: as organizações de vanguarda acabam falando em nome dos protagonistas das lutas que são ressignificados como atores ou, ainda pior, figurantes. Nesta ótica, a questão da educação é remetida para um nebuloso futuro emancipado. Esta tática joga contra a maioria do povo, pois a mercantilização da educação é um processo que se difunde no cotidiano, provocando cicatrizes profundas e duradouras nas instituições. Quando o professor e o aluno se identificam com a condição de empreendedor, a luta sindical perde a sua força. Para tentar reverter esses revezes, com entidades enfraquecidas, será preciso um difícil e longo trabalho político em condições muito mais adversas. Por isso as lutas não podem deixar de priorizar os embates concretos na universidade como dimensão da luta contra a ordem do capital.

O Andes-SN compreende que as táticas e as consignas de luta precisam acompanhar os desdobramentos da conjuntura, em especial em um contexto de crise, para que o movimento possa se orientar na nova situação. O Andes-SN tem trabalhado politicamente no sentido de *convencer* as entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública de que o projeto de governo de Lula da Silva irá destruir os princípios e valores da educação pública edificados nos CONED's e no PNE: Projeto da sociedade brasileira. Obviamente, não se trata de uma questão de esclarecimento ou de equívocos, mas de trabalhar por mudanças na avaliação do Fórum. A despeito de muitas divergências, um passo para isso seria a construção de uma agenda de lutas unitária para barrar essa contra-reforma, derrubar o veto ao artigo do PNE que assegura a ampliação das verbas para 7% do PIB, forjar marcos

normativos para garantir a democracia nas escolas e IES públicas e privadas e, nunca menos importante, para garantir a democratização do acesso do povo, ampliando a oferta da educação pública e, simultaneamente, estabelecendo formas renovadas de acesso que permitam superar o falso universalismo liberal.

Para contribuir efetivamente com essa tarefa construiu uma agenda para a educação superior que está aberta ao diálogo. Certamente, a agenda comum fortaleceria a ampliação do arco de forças para fazer frente ao operativo montado pelo governo e seus aliados orgânicos na CUT e no movimento estudantil. As frentes de unidade de ação com setores autônomos frente ao governo e empenhados na defesa da supremacia do social frente ao capital são indispensáveis para assegurar caráter de massa aos embates e às lutas.

Havendo êxito na construção de um pólo combativo capaz de garantir a retomada das lutas de massas, é certo que a frente parlamentar irá adquirir outros contornos. Relativamente, o eixo dos embates se deslocará para a esfera dos movimentos. Caso a construção das lutas massivas ainda requeira um trabalho organizativo e ideológico mais sistemático das forças empenhadas “na unidade dos que lutam”, inevitavelmente o movimento para “barrar a reforma” irá se defrontar com o parlamento pois os privatistas não vão perder a oportunidade de ampliar as suas conquistas, como a admissão de capital estrangeiro nas IES privadas e a difusão do comércio transfronteiriço por meio de educação a distância. O que fazer?

Coerentemente, o Andes-SN por estar empenhado vigorosamente na luta pela transformação da universidade desde o presente, e, ao mesmo tempo, por estar engajado de corpo-e-alma na construção da unidade dos que lutam para viabilizar movimentos massivos, indicou a construção de um instrumento político na forma de um projeto para a educação superior não para uma disputa pelo melhor projeto no parlamento, o que seria uma ingenuidade imperdoável, mas **para servir de elemento de agregação de forças**, de explicitação de divergências e de diferenciação de projetos estratégicos entre os que defendem a educação pública e os que estão atuando com o único objetivo de manter o projeto de poder do grupo reunido na coalizão de forças em que está inserido Lula da Silva, entre os quais estão os empresários da educação.

Seria um grave erro não reconhecer que o governo e seus aliados estão tentando a todo custo isolar os críticos da “reforma” e por isso a tarefa de construir um arco de forças engajado no combate à mercantilização é uma tarefa imediata que teremos de dar a nossa contribuição concreta. Este instrumento terá de ser

substantivo e capaz de ir ao âmago dos problemas da educação superior e, ao mesmo tempo, ser sintético e conciso, como devem ser as consignas que orientam as lutas. Os seus propósitos são, em suma, a ampliação do nível de consciência política, a propaganda, a edificação de referências para a unidade das forças em luta e um meio para **enfrentar**, no parlamento, a institucionalização da destruição da educação pública superior.

O melhor da energia criadora do sindicato deve ser utilizado para estruturar formas de lutas que permitam um amplo e consistente diálogo com a base do sindicato nacional, as entidades acadêmicas e sindicais empenhadas na defesa da educação pública, os estudantes que seguem nas lutas e com os movimentos sociais que estão enfrentando a barbárie do capital em defesa dos direitos sociais, de modo que as referências e as práticas extraídas desses diálogos permitam apontar para a criação de uma “educação para além do capital”, como conclamou recentemente o filósofo István Mészáros.